Revista Eletrônica
Acervo Saúde
Electronic Journal Collection Health ISSN 2178-2091

Desafios da pesquisa em Leishmaniose Visceral: economia, políticas públicas e inovação em medicamentos

Challenges in Visceral Leishmaniasis research: economics, public policies and drug innovations

Desafíos de la investigación en la Leishmaniasis Visceral: economía, políticas públicas e innovación en medicamentos

Willian Couto[1], José Angelo Lauletta Lindoso[2], Márcia Mello Costa De Liberal[3].

RESUMO

Objetivo: Compreender os desafios nas pesquisas sobre a leishmaniose visceral, levando em consideração as percepções dos diferentes atores, incluindo aspectos econômicos, políticas públicas e inovações medicamentosas. **Métodos:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa exploratória, baseada na Teoria Fundamentada em Dados. A coleta de informações foi realizada através de entrevistas semiestruturadas, no período de agosto de 2023 a setembro de 2024. **Resultados:** Foram realizadas 17 entrevistas, obtendo-se 467 citações codificadas que revelaram os seguintes achados: 1) O desenvolvimento de medicamentos para doenças enfrenta desafios científicos, clínicos e uma falta de interesse econômico das indústrias farmacêuticas; 2) Parcerias estratégicas entre academia, organizações sociais e governos são essenciais, assim como a participação social na implementação de programas eficazes; 3) A lógica de pesquisa voltada para o mercado dificulta o progresso devido ao retorno financeiro limitado; 4) Políticas públicas robustas e soberania sanitária são fundamentais para criar um ambiente favorável à pesquisa, garantindo uma resposta autônoma e sustentável aos desafios da doença. **Conclusão:** A pesquisa e o desenvolvimento de medicamentos enfrentam obstáculos significativos, como a falta de prioridade política, desinteresse econômico e recursos limitados. No entanto, parcerias estratégicas, participação social, políticas públicas robustas e fortalecimento da soberania sanitária são fundamentais para superar esses desafios.

Palavras-chave: Leshmaniose Visceral, Economia e organizações de saúde, Política pública.

ABSTRACT

Objective: To understand the challenges in research on visceral leishmaniasis, taking into account the perceptions of different stakeholders, including economic aspects, public policies, and pharmaceutical

[1] Programa de Pós-Graduação em Medicina Translacional, Departamento de Medicina, Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo – SP.
[2] Instituto de Infectologia Emilio Ribas, Laboratório de Protozoologia do Instituto de Medicina Tropical da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.
[3] Programa de Pós-Graduação em Medicina Translacional, Departamento de Medicina, Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo - SP. Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP), Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo – SP.

SUBMETIDO EM: 1/2026 | **ACEITO EM: 2/2026** | **PUBLICADO EM: 3/2026**

innovations. **Methods:** This is an exploratory qualitative study based on Grounded Theory. Data collection was carried out through semi-structured interviews conducted between August 2023 and September 2024. **Results:** Seventeen interviews were conducted, yielding 467 coded excerpts that revealed the following findings: (1) Drug development for diseases faces scientific and clinical challenges, as well as a lack of economic interest from the pharmaceutical industry; (2) Strategic partnerships among academia, social organizations, and governments are essential, as is social participation in the implementation of effective programs; (3) Market-oriented research logic hinders progress due to limited financial returns; (4) Robust public policies and health sovereignty are fundamental to creating a favorable research environment, ensuring an autonomous and sustainable response to the challenges posed by the disease. **Conclusion:** Research and drug development face significant obstacles, such as lack of political priority, economic disinterest, and limited resources. However, strategic partnerships, social participation, robust public policies, and the strengthening of health sovereignty are key to overcoming these challenges.

Keywords: Visceral Leishmaniasis, Health care economics and organizations, Public policy.

RESUMEN

Objetivo: Comprender los desafíos en la investigación sobre la leishmaniasis visceral, considerando las percepciones de distintos actores y abarcando aspectos económicos, políticas públicas e innovaciones farmacéuticas. **Métodos:** Estudio cualitativo exploratorio basado en la Teoría Fundamentada en los Datos. La recolección de información se realizó mediante entrevistas semiestructuradas entre agosto de 2023 y septiembre de 2024. **Resultados:** Se llevaron a cabo 17 entrevistas, que generaron 467 citas codificadas. Los hallazgos indican: (1) el desarrollo de medicamentos enfrenta desafíos científicos y clínicos, además de un bajo interés económico por parte de la industria farmacéutica; (2) las alianzas estratégicas entre academia, organizaciones sociales y gobiernos, así como la participación social, son esenciales para la implementación de programas eficaces; (3) la orientación de la investigación al mercado limita el avance debido al bajo retorno financiero; y (4) políticas públicas sólidas y soberanía sanitaria son clave para crear un entorno favorable a la investigación y garantizar respuestas autónomas y sostenibles. **Conclusión:** A pesar de obstáculos como la baja prioridad política, el desinterés económico y los recursos limitados, el fortalecimiento de alianzas estratégicas, la participación social, las políticas públicas robustas y la soberanía sanitaria son fundamentales para superar estos desafíos.

Palabras clave: Leishmaniasis Visceral, Economía y organizaciones de salud, Política pública.

INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) atualmente reconhece 20 grupos de doenças tropicais negligenciadas (DTNs) causadas por bactérias, helmintos, protozoários ou vírus, incluindo: úlcera de Buruli, doença de Chagas, dengue, chikungunya, dracunculíase (doença do verme da Guiné), equinococose, trematodíase de origem alimentar, tripanossomíase humana africana (doença do sono), leishmaniose, hanseníase, filariose linfática (elefantíase), oncocercose (cegueira dos rios), raiva, esquistossomose (febre do caracol), helmintoses intestinais, teníase/cisticercose (tênia do porco), tracoma cegante, bouba, micetoma, cromoblastomicose e outras micoses profundas, sarna, outros ectoparasitas e envenenamento por picada de cobra (WHO, 2024; WHO, 2010).

Estima-se que as DTNs afetem cerca de 2 bilhões de pessoas, número equivalente ao de casos de AIDS/HIV, tuberculose ou malária. No entanto, as indústrias farmacêuticas e os institutos de pesquisa tendem a concentrar maior atenção em outras doenças (OLIVEIRA RG, 2018; ENGELS D e ZHOU XN, 2020). Para o desenvolvimento econômico e social, é fundamental promover inovações em saúde, por meio das instituições de pesquisa, tanto privadas quanto públicas, com políticas que incentivem as pesquisas, dando destaque às inovações em medicamentos, a fim de reduzir ou erradicar os males causados por essas doenças (OLIVEIRA RG, 2018; GADELHA CAG e BRAGA PSC, 2016).

Entretanto, o processo de pesquisa e desenvolvimento (P&D) não é neutro; ele é influenciado por interesses econômicos que nem sempre estão alinhados com as demandas sociais. Nesse contexto, as inovações em saúde estão nas mãos de poucas empresas líderes globais, cujas estratégias decisórias e orientações para novas frentes de pesquisa estão restritas a poucos países detentores de tecnologia e recursos financeiros (OLIVEIRA RG, 2018; GADELHA CAG, et al., 2003).

A Leishmaniose Visceral (LV) é uma doença do grupo das DTNs, que afeta populações em condições de vulnerabilidade econômica e social. Trata-se de uma doença crônica causada por protozoários do gênero *Leishmania*, transmitidos por insetos flebotomíneos. Diferentes extratos da população podem ser acometidos por LV, sendo mais prevalente na população pediátrica, em áreas tropicais e com baixo índice de desenvolvimento humano. Apesar de ser uma doença conhecida há muitos anos, o arsenal terapêutico disponível é bastante limitado, e nenhum dos medicamentos para o tratamento da doença foi desenvolvido especificamente para tratar a LV (MAIA-ELKHOURY ANS, et al., 2019 e DUTHIE MS, et al., 2019).

Claramente, a LV é uma doença negligenciada pela indústria farmacêutica, pois os tratamentos disponíveis não são economicamente viáveis em comparação com outras doenças. Há um número reduzido de inovações em medicamentos, o que resulta em uma lacuna persistente em tecnologia em saúde (HOTEZ PJ, et al., 2016).

O objetivo deste artigo é compreender os desafios nas pesquisas sobre a LV, com ênfase nas percepções dos diversos atores envolvidos em diferentes contextos relacionados à doença, considerando os aspectos econômicos, as políticas públicas e as inovações em medicamentos.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo que teve como abordagem teórico-metodológica a Teoria Fundamentada em Dados (TFD), ou *Grounded Theory* (GT), baseada na perspectiva construtivista de Charmaz. Esse processo de pesquisa pressupõe a interação entre o pesquisador e o sujeito da pesquisa no contexto em que ambos estão inseridos, utilizando a comunicação para expressar as reflexões geradas nas interações e ações durante a coleta de dados (CHARMAZ K, 2009).

A TFD foi desenvolvida por Glaser e Strauss em 1967, com o objetivo de construir teorias a partir dos dados coletados. Essa metodologia utiliza abordagens variadas de investigação, sendo que o referencial teórico é fundamentado nos resultados da análise de dados (PRIGOL EL, et al., 2019).

Foram realizadas 17 entrevistas com indivíduos de ambos os sexos que possuem vivência ou experiência profissional/acadêmica com LV ou outras DTN's. Os entrevistados incluem pesquisadores de universidades públicas e institutos de pesquisa, profissionais do governo e pessoas envolvidas em organizações sociais. A coleta de dados foi realizada no período de agosto de 2023 a setembro de 2024. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas com o apoio do *software* ATLAS.ti®.

O processo de análise dos dados seguiu as etapas propostas pela TFD. A codificação inicial consistiu na análise ampla e detalhada de todos os dados coletados, por meio da técnica "incidente por incidente", com geração de códigos curtos, diretamente relacionados aos relatos dos participantes, sem abstrações teóricas. Em seguida, na codificação axial, buscou-se reorganizar e dar coerência aos dados, relacionando categorias e subcategorias para compreender melhor os fenômenos investigados. Na etapa de codificação focalizada, houve maior envolvimento do pesquisador, com identificação de padrões recorrentes e definição de categorias centrais que organizam a análise de forma mais abstrata e conceitual. O processo de categorização ocorreu de forma cíclica, filtrando códigos iniciais para identificar aqueles mais relevantes, frequentes e analiticamente significativos, com o objetivo de sintetizar grandes volumes de dados em unidades conceituais.

A saturação teórica foi alcançada quando não surgiram novos códigos ou categorias durante a coleta e análise de dados. Paralelamente, foram elaborados memorandos para registrar ideias, reflexões e *insights* do pesquisador, fundamentais para manter a reflexividade e a conexão com os dados. Além disso, foram

utilizados diagramas e sistemas de cores para representar visualmente as relações entre categorias, auxiliando na organização e interpretação da análise. As cores foram atribuídas conforme blocos temáticos: **amarelo para Políticas Públicas**, **verde para Contextualização da LV** e **vermelho para Aspectos Econômicos**.

O estudo foi submetido ao comitê de ética da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), via Plataforma Brasil, atentando às legislações vigentes, com a autorização para a realização da pesquisa sob nº 4.866.016 e CAAE nº: 48491421.3.0000.5505.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As 17 entrevistas resultaram em 467 citações codificadas, que correspondem a trechos destacados das transcrições. Essas citações foram, posteriormente, codificadas e atribuídas a uma categoria e/ou subcategoria. Após analisar "incidente por incidente" surgiram, através dos dados, 10 categorias e divididos em 3 blocos temáticos (**Tabela 1**).

Tabela 1 - Percentual de citações codificadas do bloco temático e suas categorias.

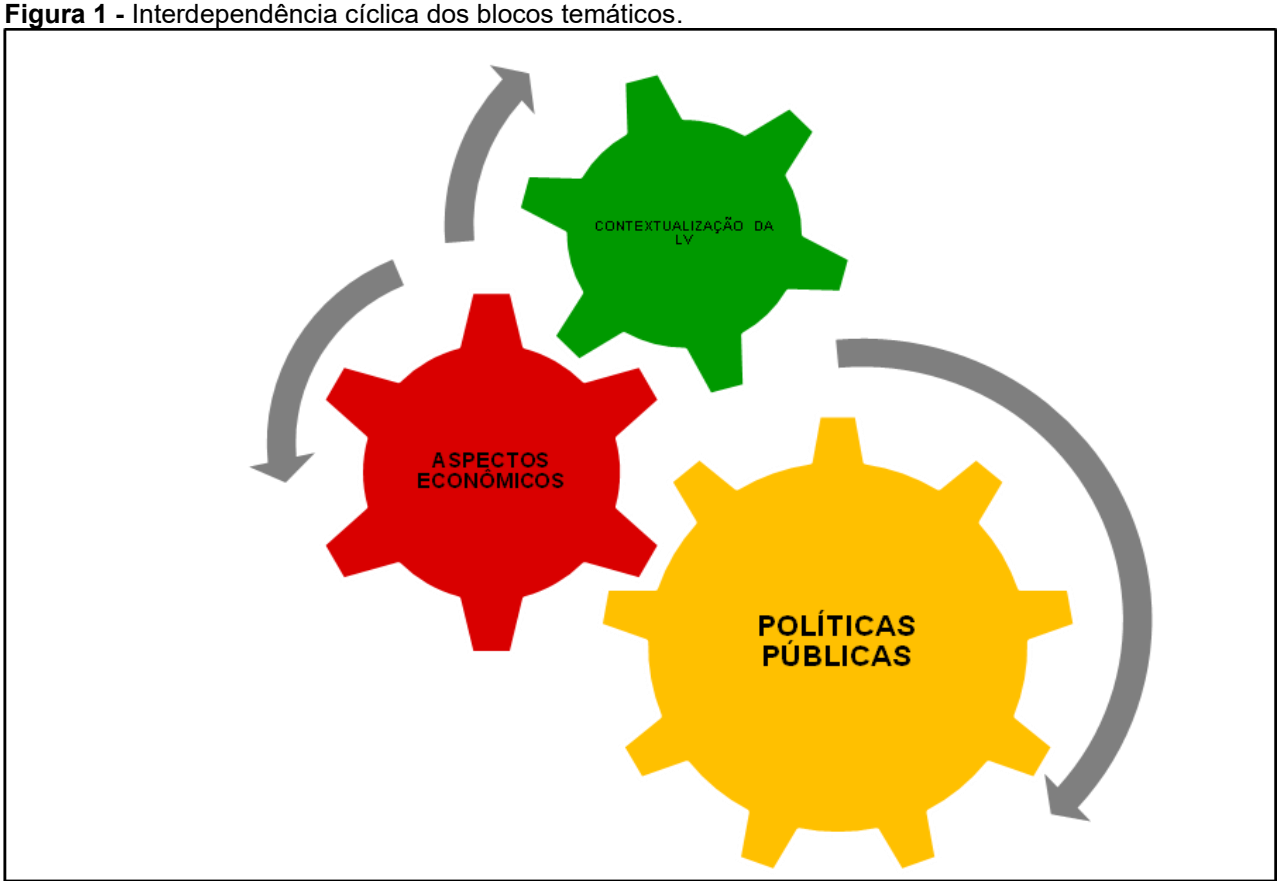
Bloco	Categoria	Citações codificadas n (%)
Amarelo (Políticas Públicas)	1. Agenda Política e de Estado 2. Participação social 3. Políticas Públicas 4. Soberania sanitária	198 (42,4%)
Vermelho (Aspectos Econômicos)	1. Desinteresse econômico 2. Recursos limitados	64 (13,7%)
Verde (Contextualização da LV)	1. Desafios na pesquisa e tratamento 2. Parcerias entre instituições e/ou organizações 3. Pesquisa como mercado 4. Pesquisa e desenvolvimento de medicamentos	205 (43,9%)
***	***	**467 (100%)**

Fonte: Couto W, et al., 2026.

Nesse contexto, à TFD do fenômeno é: O desenvolvimento de medicamentos para a LV é uma tarefa complexa que depende da priorização na agenda política e de Estado que enfrenta diversos desafios científicos e clínicos na pesquisa e tratamento, é afetada pelo desinteresse econômico das grandes indústrias farmacêuticas, e requer parcerias estratégicas entre instituições acadêmicas, organizações sociais e governos. A participação social é crucial para a implementação de programas eficazes, enquanto a lógica de pesquisa como mercado dificulta o avanço devido ao retorno financeiro limitado. Políticas públicas robustas são essenciais para criar um ambiente favorável à P&D de medicamentos. Além disso, a soberania sanitária deve ser fortalecida para garantir uma resposta autônoma e sustentável aos desafios da doença.

Neste estudo propõe-se que existe uma interdependência cíclica entre os blocos temáticos, que se alimentam e retroalimentam mutuamente, colocando a LV em um contexto de negligência multifatorial. O bloco de contextualização da LV articula questões fundamentais para o desenvolvimento de novas terapias, enquanto os aspectos econômicos são essenciais para viabilizar esse desenvolvimento. Nesse sentido, destaca-se a importância das políticas públicas como instrumentos para a obtenção de recursos financeiros, articulações estratégicas, definição de prioridades e promoção da soberania sanitária, conforme demonstrado na **Figura 1**.

Figura 1 - Interdependência cíclica dos blocos temáticos.



Fonte: Couto W, et al., 2026.

O bloco **Contextualização da LV** (**verde**) contém 205 citações codificadas, representando 43,9% do total. Nele está a categoria P&D de medicamentos, com 74 citações codificadas e é a segunda maior em número de codificações. Isso evidencia a importância do bloco que reivindicam as necessidades que vão desde a melhoria dos tratamentos até o fomento à pesquisa em fármacos, bem como o reposicionamento e a colaboração entre instituições.

> *"O mercado farmacêutico tem, por várias razões, seus próprios interesses, que não atendem às doenças negligenciadas, como a leishmaniose. Ele não atende diretamente a essas necessidades, no máximo as tangencia. As iniciativas que temos vêm de outros órgãos que têm o olhar voltado para a necessidade de desenvolver novos medicamentos. Essas iniciativas estão fora do contexto do grande mercado farmacêutico" Entrevista 1.*

> *"A colaboração em pesquisa, tanto em âmbito nacional quanto internacional, é fundamental para evitar a fragmentação do conhecimento. Caso contrário, cada pequeno grupo acaba realizando estudos básicos que, no final, resultam em trabalhos concomitantes com resultados semelhantes, mas que não se conectam. Estar em contato com pesquisadores que possuem abordagens, ideias e perguntas de pesquisa diferentes é extremamente importante" Entrevista 3.*

> *"O DNDi (Drugs for Neglected Diseases initiative) é, sem dúvida, extremamente importante. As políticas conduzidas pelo DNDi exercem uma influência significativa sobre as políticas públicas, no sentido de induzi-las. Mostram que algo está sendo feito, que está funcionando, que o grupo está reunido e avançando. Isso é muito positivo. São grupos paralelos que operam de forma eficaz, e o DNDi é um ator fundamental dentro dessa política, especialmente sob essa perspectiva" Entrevista 4.*

O bloco **Aspectos Econômicos** (**vermelho**) está, principalmente, associado à falta de recursos para as pesquisas. Essa carência foi uma das questões mais mencionadas pelos entrevistados, devido à dificuldade em realizar estudos voltados para P&D de medicamentos, ressaltando a importância das 64 citações codificadas, que representam 13,7% do total.

> *"É um desafio enorme, típico das doenças negligenciadas, onde o dinheiro disponível para realizar as tarefas é extremamente limitado" Entrevista 2.*
>
> *"A doença é chamada negligenciada não apenas porque afeta populações negligenciadas, pobres e vulneráveis, mas também porque é negligenciada pelos laboratórios farmacêuticos. Pode-se dizer que eles não enxergam possibilidade de grandes lucros devido à população atingida por essas doenças, e por isso não investem no desenvolvimento de novos fármacos"* Entrevista 7.
>
> *"A indústria farmacêutica tem um viés muito forte de obtenção rápida e imediata de resultados com o objetivo de lucro. Isso é o que move a indústria farmacêutica, é inegável. Ninguém abre uma indústria farmacêutica para não obter lucro" Entrevista 8.*

O bloco **Políticas Públicas (amarelo)** estabelece as conexões de alimentação e retroalimentação, já que são as políticas que podem viabilizar os recursos para pesquisas, além de atender às necessidades das P&D em medicamentos. Este bloco obteve 198 citações codificadas, representando 42,4% do total. A categoria Políticas Públicas é o maior código em número de citações, com 100 citações, o que reforça que todos os entrevistados destacaram a importância de fomentar políticas para pesquisa, uma agenda que as norteie e ofereça mecanismos para incentivar a soberania sanitária, fundamental para o desenvolvimento do país.

> *"Não vejo, no Brasil, uma iniciativa de algum movimento para que esse desenvolvimento ocorra. Também não percebo muita articulação brasileira, pois somos um país muito grande, com uma diversidade significativa de pesquisadores, o que dificulta a união às iniciativas mundiais para, eventualmente, desenvolver uma solução" Entrevista 2.*
>
> *"Passa sempre pelo usuário, pela população. Vejo a academia fazendo a tradução desse conhecimento, com recursos para executar ideias, mas essa demanda precisa surgir da sociedade" Entrevista 9.*
>
> *"Eu acredito que seria interessante, especialmente porque, às vezes, há até uma questão relacionada às agências de fomento. Você pode querer pesquisar algo relacionado a uma doença que afeta apenas uma região do país, por exemplo, ou que não tem uma abrangência tão grande, o que acaba tornando o tema menos atraente, por assim dizer. E surgem as questões: por que financiar isso? Dependendo dessa perspectiva, talvez seja necessário impor, ou não, uma agenda específica" Entrevista 11.*
>
> *"Nos deparamos com esse desafio por causa da pandemia da COVID-19. O Brasil, como país estritamente dependente de tecnologia em saúde, ficou muito prejudicado no enfrentamento da escassez de insumos, desde os mais básicos, como luvas e máscaras, até o próprio potencial de desenvolver insumos, medicamentos ou vacinas. A forma como o Brasil lidou com isso foi, justamente, a falta de um investimento mais forte na indústria de desenvolvimento de insumos, especialmente nos princípios ativos [dos medicamentos]" Entrevista 12.*
>
> *"Lutamos para que haja mais tratamentos e mais pesquisa. A minha fala é essa: que haja mais pesquisa, que lembrem dos estudantes que estão sedentos por conhecimento. Dêem espaço para eles" Entrevista 14.*

Nesse sentido, a P&D para a LV envolve um conjunto de fatores que ultrapassam os desafios meramente científicos. A pesquisa nessa área é fortemente prejudicada pela lógica de mercado adotada pelas grandes indústrias farmacêuticas, que priorizam investimentos em doenças com maior retorno financeiro. Esse desinteresse compromete a inovação e o desenvolvimento de novos tratamentos, já que as DTNs, como a LV, não são vistas como lucrativas (PAULO Z, et al., 2019; BRASIL, 2010; WHO, 2023).

O modelo econômico vigente falha em fornecer incentivos para o desenvolvimento de medicamentos. A crítica ao capitalismo farmacêutico é evidente: sem uma pressão significativa de governos ou instituições globais, pois o setor privado não demonstra interesse em investir em soluções (SILVA AP da, et al., 2021; HOTEZ PJ, et al., 2016; BUSS PM e PELLEGRINI FILHO A, 2007).

Nesse contexto, o reposicionamento de medicamentos surge como uma alternativa criativa e prática. Contudo, essa abordagem apresenta limitações, uma vez que os medicamentos disponíveis atualmente foram desenvolvidos com tecnologias obsoletas e frequentemente possuem perfis de segurança e eficácia limitados. Ainda assim, essa estratégia pode funcionar como uma solução temporária para suprir a falta de inovação, enquanto se busca o desenvolvimento de novos tratamentos. Os entrevistados destacam a necessidade de inovação, não apenas por meio do reposicionamento de fármacos existentes, mas também pela busca de soluções terapêuticas de fácil administração e menos tóxicas, considerando a importância das bibliotecas de substâncias das indústrias. Ressaltam, porém, que é fundamental considerar, além da tecnologia, o contexto social das populações marginalizadas (INCERTI MK, 2022).

Diante disso, torna-se essencial a atuação conjunta de governos, instituições acadêmicas e organizações sociais. Essas parcerias estratégicas podem reduzir o descompasso entre as necessidades de saúde pública e os interesses econômicos privados, ao mesmo tempo em que fomentam a criação de políticas públicas robustas. Um ambiente político que priorize a P&D de medicamentos para a LV, oferecendo incentivos e alocando recursos, é crucial para garantir avanços científicos (ENGELS D, ZHOU XN, 2020; HOTEZ PJ, et al., 2016 e BUSS PM, PELLEGRINI FILHO A, 2007).

Além disso, esta pesquisa demonstrou que a participação social desempenha um papel central na implementação de programas eficazes de combate à LV. As comunidades afetadas e as organizações da sociedade civil podem pressionar por políticas, enquanto os governos devem criar mecanismos que promovam a saúde pública de forma soberana e sustentável (SILVA AP da, et al., 2021; HOTEZ PJ, et al., 2016; BUSS PM, PELLEGRINI FILHO A, 2007 e LEITE SN, et al., 2021).

Diante dos desafios econômicos, é imperativo que as partes interessadas, incluindo governos e o setor privado, implementem medidas que promovam um ambiente favorável à pesquisa. Isso pode incluir incentivos financeiros, apoio à infraestrutura de pesquisa e uma abordagem mais inclusiva nas políticas de saúde (DINIZ DS, et al., 2022).

As políticas públicas desempenham um papel central na articulação de esforços para P&D. A falta de políticas claras e estruturadas resulta em lacunas significativas no financiamento e na coordenação de iniciativas de pesquisa. No entanto, ao implementar políticas que incentivem a inovação, como financiamento direto e parcerias público-privadas, o governo pode catalisar o progresso nessas áreas. A regulação do mercado, por sua vez, é essencial para garantir que as empresas farmacêuticas se sintam motivadas a investir (SILVA AP da, et al., 2021; HOTEZ PJ, et al., 2016; BUSS PM, PELLEGRINI FILHO A, 2007 e DINIZ DS, et al., 2022).

A criação de uma agenda política e de Estado robusta para a P&D de medicamentos para a LV é crucial para garantir que o país possa enfrentar efetivamente as DTNs. O estabelecimento de metas de longo prazo, como o desenvolvimento de um medicamento oral, ajuda a orientar os esforços de pesquisa e a mobilizar recursos, alinhando a comunidade científica em torno de objetivos comuns (GUIMARÃES R, 2023 e PAULO Z, et al., 2019). Autores afirmam que a P&D de medicamentos para DTNs é insuficiente. A ausência de uma agenda que organize as políticas de pesquisa, somada aos altos investimentos necessários para financiar esses estudos e à escassez de recursos destinados a essas iniciativas, são fatores limitantes que deixam as populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica à margem dos cuidados em saúde (FERREIRA LLG, et al., 2022 e HASSOUN N, et al., 2022).

A soberania sanitária é essencial para o desenvolvimento de novos medicamentos, pois permite que um país gerencie sua saúde pública de maneira autônoma. Para alcançá-la, é necessário investir em infraestrutura de pesquisa, capacitação profissional e na criação e manutenção de centros de pesquisas. Além disso, a cooperação regional e internacional é fundamental para fortalecer a troca de conhecimentos e recursos, reduzindo a dependência externa e promovendo a produção local de medicamentos (Guimarães R, 2023; KHAN T, 2024 e DWECK E, et al., 2022).

O desenvolvimento de medicamentos e IFA (Insumo Farmacêutico Ativo) é essencial para o controle da LV, no entanto muitos países em desenvolvimento enfrentam uma dependência crítica de importações, especialmente da China e da Índia, que dominam a produção de insumos farmacêuticos. Essa dependência pode comprometer a capacidade de resposta às epidemias. É essencial fortalecer a produção local de insumos para o SUS, visando reduzir a dependência externa por meio do fortalecimento do complexo industrial e econômico da saúde (CEIS), com o objetivo de produzir 70% dos insumos utilizados no país. Contudo, essa meta suscita questões sobre a definição desse percentual e quais segmentos devem ser priorizados. Além disso, são discutidas as barreiras de acesso, como os altos preços dos medicamentos e patentes, e também, as práticas monopolistas do mercado farmacêutico (BARBEITAS MM, et al., 2023).

Devido à falta de capacidade e competitividade na fabricação de IFAs fundamentais para a produção em larga escala de medicamentos. O Brasil enfrenta dificuldades para aumentar sua produção, sendo que atualmente apenas 5% dos insumos necessários são produzidos localmente. Em 1980, o país produzia cerca de 50% desses insumos. Para melhorar essa situação e elevar a produção nacional para 20% nos próximos cinco a dez anos, seria necessário um investimento de US$ 1 bilhão em desenvolvimento e infraestrutura (VALÉCIO M, 2024).

A reindustrialização, ao revitalizar a capacidade produtiva nacional, pode desempenhar um papel crucial na melhoria do acesso a medicamentos essenciais, como evidenciado pelo impacto das intervenções no tratamento das DTNs. Ao fortalecer a indústria farmacêutica local, os países podem reduzir a dependência de importações e garantir acesso mais amplo e rápido a tratamentos eficazes, especialmente em regiões com altas taxas de morbidade e mortalidade (HASSOUN N, 2022).

A pandemia da COVID-19 destacou a fragilidade do sistema de saúde brasileiro, evidenciando a urgência de um planejamento estratégico que fortaleça a produção local de insumos e medicamentos, minimizando a vulnerabilidade às flutuações do mercado global. Portanto, a soberania sanitária deve ser uma prioridade nas políticas públicas relacionadas à LV (DWECK E, et al., 2022). Para fortalecer a soberania sanitária, é necessário investir em P&D locais, promovendo parcerias entre instituições de ensino e políticas públicas que incentivem a produção nacional. Além disso, a transferência de tecnologia é crucial para capacitar países endêmicos a desenvolver suas próprias soluções. Assim, acredita-se não em uma soberania sanitária que não dialoga, mas sim uma que atenda às necessidades de medicamentos e insumos do país, articulando-se com políticas internacionais de cooperação e transferência de tecnologias (GUIMARÃES R, 2023; KHAN T, 2024 e DWECK E, et al., 2022).

Em contrapartida, o CEIS surge atualmente como uma esperança para o desenvolvimento de políticas industriais com o investimento de R$ 42 bilhões até 2026. A iniciativa inclui o combate às DTNs, alinhando-se à Agenda 2030 da ONU, que estabelece os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que visa a erradicação de algumas enfermidades e a redução de 90% na necessidade de tratamento para as DTNs (AGÊNCIA GOV, 2023 e OMS, 2021).

Diante do exposto, é necessário romper com os paradigmas dos temas envolvidos nos três blocos acima, permitindo que as populações vulneráveis que sofrem dessas doenças tenham acesso a tratamentos eficazes e menos tóxicos, além de um melhor suporte para os diagnósticos. É muito problemático que ainda ocorram mortes por doenças negligenciadas. Por fim, é fundamental que os acadêmicos atuem como agentes políticos, indo além das pesquisas realizadas em seus laboratórios. É necessário que compreendam os processos políticos nos quais estão inseridos e exijam proposições que melhorem as condições para o desenvolvimento tecnológico nas pesquisas em geral, especialmente nas DTNs.

CONCLUSÃO

Os achados indicam que o avanço da pesquisa e do desenvolvimento de medicamentos para a LV é condicionado por uma combinação de entraves científicos, baixa atratividade econômica para a indústria e fragilidades na priorização política. A interdependência entre políticas públicas, financiamento, parcerias interinstitucionais e soberania sanitária foi recorrente nas falas, apontando que a superação do cenário de negligência exige coordenação estatal, incentivos e participação social. Assim, recomenda-se fortalecer agendas de Estado para DTNs, ampliar investimento sustentado em P&D e estimular cooperação entre academia, governo e organizações sociais, visando respostas mais autônomas e equitativas no enfrentamento da LV.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Medicina Translacional da Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo pelo apoio e pela estrutura oferecida para o ensino e a pesquisa.

REFERÊNCIAS

1. AGÊNCIA GOV. Lançada estratégia para desenvolver Complexo Econômico-Industrial da Saúde, 2023. Disponível em: https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202309/governo-lanca-estrategia-para-desenvolver-complexo-economico-industrial-da-saude-com-investimento-de-r-42-bilhoes-ate-2026. Acessado em: 21 de outubro de 2024.
2. BARBEITAS MM, et al. Rumo à equidade em saúde: por uma agenda de pesquisa e desenvolvimento e produção local orientada pelas múltiplas necessidades do Sistema Único de Saúde. Caderno de Saúde Pública, 2023; 39: e00073623.
3. BRASIL. Doenças negligenciadas: estratégias do Ministério da Saúde. Revista de Saúde Pública, 2010; 4:200–2.
4. BUSS PM, PELLEGRINI FILHO A. A saúde e seus determinantes sociais. Physis Rev Saúde Coletiva, 2007; 17:77–93.
5. CHARMAZ K. A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa. Porto Alegre: Artmed; 2009: 1–217.
6. DINIZ DS, et al. Covid-19 e Doenças Negligenciadas ante as desigualdades no Brasil: uma questão de desenvolvimento sustentável. Saúde em Debate, 2022; 45:43–55.
7. DUTHIE MS, et al. Impact of sequelae of visceral leishmaniasis and their contribution to ongoing transmission of Leishmania donovani. Pathog Dis, 2019; 77(6):ftz057.
8. DWECK E, et al. COVID-19 and the Brazilian manufacturing sector: Roads to reindustrialization within societal purposes. Struct Change Econ Dyn, 2022; 61: 278–93.
9. ENGELS D, ZHOU XN. Neglected tropical diseases: an effective global response to local poverty-related disease priorities. InfectDisPoverty, 2020; 9(1):10. 21.
10. FERREIRA LLG, et al. Approaches to advance drug discovery for neglected tropical diseases. Drug Discov Today, 2022; 27(8):2278–87.
11. GADELHA CAG, BRAGA PSC. Saúde e inovação: dinâmica econômica e Estado de Bem-Estar Social no Brasil. Caderno de Saúde Pública, 2016; 32 (Suppl 2):1–13.
12. GADELHA CAG, et al. Saúde e inovação: uma abordagem sistêmica das indústrias da saúde. Caderno de Saúde Pública, 2003;19:47–59.
13. GUIMARÃES R. Sobre a Soberania Sanitária no complexo industrial da saúde. Ciência & Saúde Coletiva, 2023; 28 (11).
14. HASSOUN N, et al. A framework for assessing the impact of disease treatment. Trop Med Int Health TM IH, 2022; 27(2):192–8.
15. HOTEZ PJ, et al. Eliminating the Neglected Tropical Diseases: Translational Science and New Technologies. PLoS Negl Trop Dis, 2016; 10(3):1–14.

16. INCERTI MK, et al. Reaproveitamento de medicamentos para COVID-19: uma visão geral. Revista Saúde (Santa Maria), 2022; 47.
17. KHAN T, et al. Economic expansion and innovation: A comprehensive analysis of Pakistan's path to technological excellence. PloS One, 2024;19(4):e0300734.
18. LEITE SN, et al. Projeto Integra: fortalecimento da participação social na agenda das políticas, serviços e tecnologias em saúde. Ciênc Saúde Coletiva, 2021; 26:5589–98.
19. MAIA-ELKHOURY ANS, et al. Premature deaths by visceral leishmaniasis in Brazil investigated through a cohort study: a challenging opportunity? PLosNeglected Tropical Diseases, 2019; 13(12):e0007841.
20. OLIVEIRA RG. Sentidos das Doenças Negligenciadas na agenda da Saúde Global: o lugar de populações e territórios. Ciência & Saúde Coletiva, 2018; 23(7):2291–302.
21. OMS. OMS lança plano de 10 anos para acabar com sofrimento causado por doenças tropicais negligenciadas, 2021. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/110612-oms-lan%C3%A7a-plano-de-10-anos-para-acabar-com-sofrimento-causado-por-doen%C3%A7as-tropicais. Acessado em: 21 de outubro de 2024.
22. PAULO Z, et al. Doenças tropicais negligenciadas: uma agenda inacabada. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2019.
23. PRIGOL EL, et al. Teoria Fundamentada: metodologia aplicada na pesquisa em educação. Educação e Realidade, 2019; 44(3): 1– 20.
24. SILVA AP da, et al. Doenças negligenciadas e indústria farmacêutica: o caso da Doença de Chagas. Res Soc Dev, 2021; 10(2):1–12.
25. VALÊCIO M. Brasil produz apenas 5% dos IFAs que necessita, 2024. Disponível em: https://ictq.com.br/industria-farmaceutica/2589-brasil-produz-apenas-5-dos-ifas-que-necessita. Acessado em: 29 de janeiro de 2026.
26. WHO. Control of Neglected Tropical Diseases, 2024. Disponível em: https://www.who.int/teams/control-of-neglected-tropical-diseases. Acessado em: 18 de setembro de 2025.
27. WHO. Ending the neglect to attain the Sustainable Development Goals: A road map for neglected tropical diseases 2021–2030, 2020. Disponível em: https://www.who.int/publications-detail-redirect/9789240010352. Acessado em: 28 de fevereiro de 2023.
28. WHO. Working to overcome the global impact of neglected tropical diseases: First WHO report on Neglected Tropical Diseases, 2010. Disponível em: https://www.who.int/neglected_diseases/resources/9789241564090/en/ Acessado em: 18 de abril de 2021.